

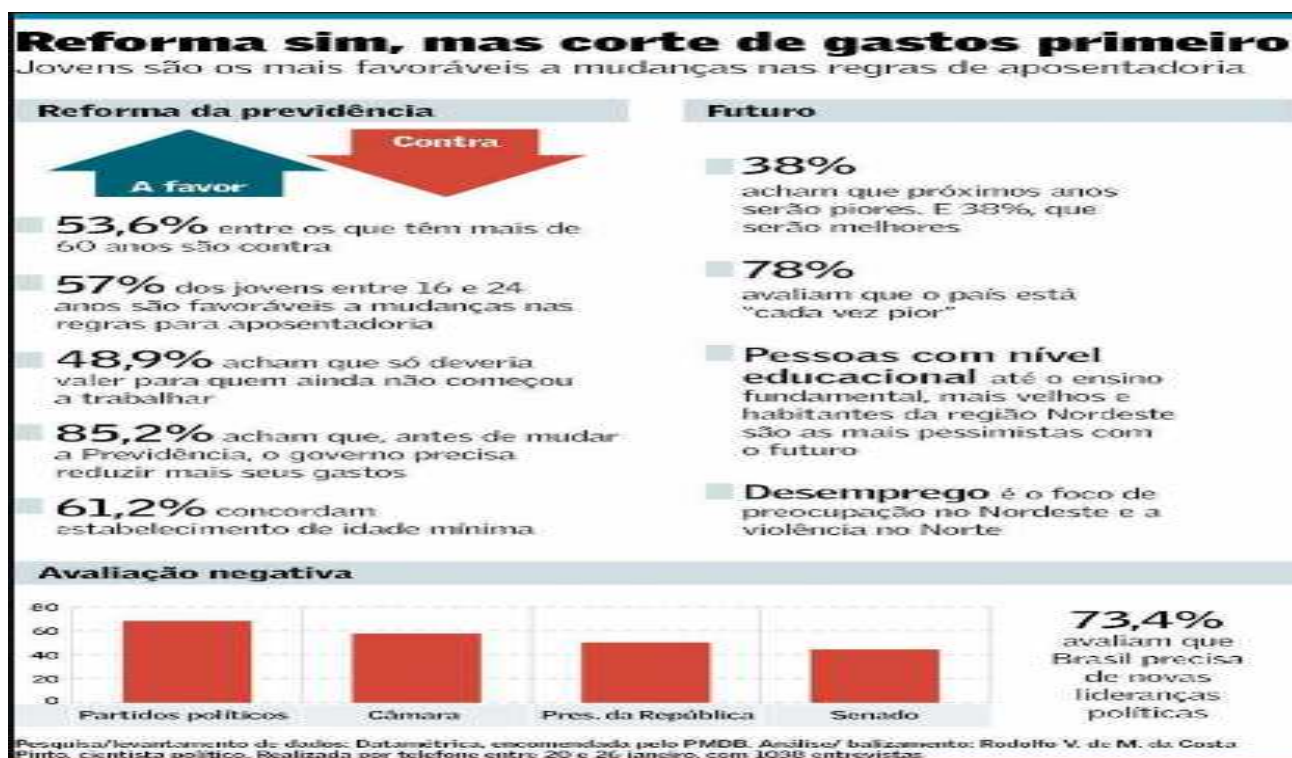


## Reforma da Previdência divide população

Por Vandson Lima e Andrea Jubé

A população está dividida em relação à reforma da Previdência Social, quer mais cortes de gastos na máquina pública e, descrente do quadro político atual, espera o surgimento de novas lideranças. Essas são algumas das conclusões de uma pesquisa popular encomendada pelo PMDB, à qual o Valor teve acesso em primeira mão.

Realizada por telefone entre 20 e 26 de janeiro, com 1.038 entrevistados, a sondagem mostrou que 44,3% são contrários às mudanças nas regras da aposentadoria e, igualmente, 44,3% são a favor. A proposta de reforma, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em dezembro e cuja aprovação é considerada prioridade neste primeiro semestre legislativo, encontra mais apoio entre os mais jovens e escolarizados por consequência, os que estão mais próximos da aposentadoria temem mais pelas alterações propostas.



# InformeDESIN

Entre os que têm mais de 60 anos, 53,6% são contra. Já entre os mais jovens, há clara aceitação: de 16 a 24 anos, 57% são favoráveis à reforma. O Nordeste é a região mais contrária (55,1%) e o Sudeste, o mais favorável, com 55,2%. O alcance das novas regras para aposentadoria também divide a população: 48% acham que só devem valer para quem ainda não começou a trabalhar. Já o estabelecimento de idade mínima tem maior consentimento: 61,2% concordam. Mais uma vez, os mais jovens (72%) são os que mais concordam com a mudança e o estabelecimento de idade mínima. O percentual vai caindo conforme aumenta a idade do entrevistado.

No entanto, o discurso do governo encontra uma dificuldade, pois 85,2% acham que, antes de mexer nas regras da Previdência, o governo precisa cortar mais de seus próprios gastos. Ou seja, o governo precisa trabalhar no convencimento da população de que é preciso priorizar as mudanças nas regras para aposentadoria ou continuará enfrentando a crítica de que ainda não fez sua parte antes de cortar benefícios.

Neste ponto, aliás, o teste de argumento (em que o entrevistado escolhe entre uma resposta ou outra), mostra um amplo apoio a medidas de ajuste: 66,4% concordam que ainda há espaço para cortes de gastos e apenas 27,4% preferem a resposta de que já é hora de focar em medidas de estímulo à economia para o país voltar a crescer. De acordo com a pesquisa, cujo levantamento foi feito pela Datamétrica e a análise e balizamento de dados é do cientista político Rodolfo V. de M. da Costa Pinto, o brasileiro está pessimista. Somam 78% os que avaliam que no último ano o Brasil está "cada vez pior". Esse sentimento é especialmente agudo entre pessoas com nível educacional até o ensino fundamental e habitantes da região Nordeste. Para os próximos anos, percebe-se bastante ceticismo: 38% acreditam que a situação do país vai piorar, mesmo percentual dos que acham que irá melhorar. Outros 15% creem que a situação ficará igual.

Os mais pessimistas estão na faixa entre 45 e 59 anos 81,2% acham que está cada vez pior, percentual que vai a 83,5% no Nordeste.

A corrupção (29%) é o principal problema para os brasileiros, aponta a sondagem. Porém, uma análise cuidadosa dos números, salienta o pesquisador, revela diferenças sutis de opinião: "Mulheres e habitantes das regiões Norte e CentroOeste veem a saúde como principal lacuna. Corrupção é um problema maior para os homens e residentes no Sudeste. Desemprego é o foco de preocupação no Nordeste e a violência no Norte", anota.

A pesquisa tem uma série de questões voltadas especificamente ao Senado o que não é por acaso, já que o PMDB é dominante na Casa, com 21 dos 81 senadores. A cada quatro cadeiras do Senado, uma pertence ao PMDB, cuja bancada é equivalente às de PSDB e



# InformeDESIN

PT somados. Somam 62% os entrevistados que se dizem pouco informados sobre o Senado. Entre os muito informados 61,2% fazem avaliação negativa das atividades da Casa. A população, no entanto, tem uma percepção bastante clara sobre quais deveriam ser as prioridades do Senado: saúde (67%), segurança e combate ao tráfico (52%), reforma da educação (45,3%) dominam as respostas. Temas caros ao governo, como ajuste fiscal (6,2%) e reforma da Previdência (9,2%) são menos lembrados.

Na avaliação das instituições, o cenário é bastante desfavorável à classe política. Os partidos políticos têm o maior índice de avaliação negativa, com 67,9%, seguido pela Câmara dos Deputados, com 57,5%. A Presidência da República tem avaliação negativa de 50,1% dos entrevistados e o Senado, 44,2%. Com tamanha rejeição aos ocupantes dos Poderes eleitos pelo voto, é de se esperar que a população anseie por novidades. Por isso, 73,4% dos entrevistados creem que o Brasil precisa de novas lideranças políticas. Apenas 20,1% acham que o país precisa de lideranças experientes, capazes de fazer acordos para o Brasil avançar.

## Relator quer ampliar mudança trabalhista

Indicado relator da reforma na legislação trabalhista encaminhada pelo governo Temer, o deputado Rogério Marinho (PSDBRN) ampliará o escopo do projeto, já bastante abrangente, para incluir também regras para o teletrabalho (à distância) e jornada intermitente (que pode pagar até por hora trabalhada) na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme antecipou na segunda-feira o Valor PRO, serviço de tempo real do Valor. "A CLT é de 70 anos atrás. O mundo se modernizou e as formas de trabalho também, mas a legislação não acompanhou essa evolução e por isso causa insegurança jurídica, dificultando a criação de novos postos de trabalho", afirmou o tucano, que está em seu terceiro mandato e preside a Frente Parlamentar do Setor de Serviços. "O projeto do governo é bom, mas foi pensado mais para os empregos da indústria e hoje somos um país de serviços."

A comissão será instalada amanhã, com a eleição do presidente ainda não definido e Marinho como relator. A estimativa do tucano é debater por cerca de três ou quatro meses e votar o projeto na comissão e no plenário até julho. Nesse cronograma, a proposta seria votada no Senado no segundo semestre. "Vou apresentar minhas ideias, mas o texto aprovado será fruto de um entendimento de toda a comissão", afirmou Marinho.

O projeto do governo já é considerado bem amplo por centrais sindicais e entidades patronais. Permite que os acordos coletivos prevaleçam sobre a legislação em alguns pontos, como negociar a divisão de férias, ampliar para até oito meses os contratos de

# InformeDESIN

trabalho temporário, aumentar a jornada em tempo parcial e a punição por manter funcionários sem registro em carteira.

Contudo, segundo Marinho, há mais de 2 mil projetos em tramitação no Congresso com mudanças na legislação e que passarão por um pente fino para ver o que pode ser aproveitado pela comissão. O relator quer discutir o assunto em audiências públicas, mas defende que a proposta avance sobre o trabalho à distância ("home office") e o trabalho intermitente (quando há interrupção de jornada para se ajustar a demanda da empresa, sem um horário fixo).

O governo Temer chegou a discutir os dois pontos com representantes de trabalhadores e de empresas, mas desistiu para evitar atritos com sindicatos. Só o que tinha razoável consenso entrou no texto, mas caberá ao Congresso decidir a versão final. "A legislação hoje é insuficiente para atender todas as formas de trabalho", diz Marinho.

Por outro lado, o tucano pretende deixar de fora outro assunto caro aos empresários: a regulamentação dos contratos de mão de obra terceirizada. "Isso só atrasaria discussões que estão mais avançadas", opina. Há duas propostas com tramitação mais adiantada: uma no Senado, onde o relator Paulo Paim (PTRS) travou as discussões; e outra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, de 1998, em fase final de análise.

Amanhã também será instalada na Câmara outra comissão importante para o governo: a reforma da Previdência. O presidente será Carlos Marun (PMDBMS) e o relator, Arthur Maia (PPSBA).

## Indústria reduz lançamentos para a Páscoa

*Por Tatiane Bortolozzi*

As indústrias de chocolate diminuíram os lançamentos para a Páscoa que será comemorada em 16 de abril, em resposta ao recuo de vendas visto um ano antes. As fabricantes apresentaram 120 novos produtos, ante 147 em 2015.

A expectativa é de um desempenho entre a estabilidade e um crescimento nominal de 10% na data mais importante para o setor no ano. Em 2016, foram produzidos 14,3 mil toneladas de chocolate para a Páscoa, o equivalente a 58 milhões de ovos. O volume, no entanto, foi 27,4% menor que as 19,7 mil toneladas fabricadas em 2015.

A Lacta, segunda colocada no mercado brasileiro, com participação de 32%, diminuiu o portfólio para 19 tipos de ovos de Páscoa neste ano, ante 37 em 2016. "Levamos em conta 4

# InformeDESIN

o comportamento de consumo e o ganho de eficiência para a indústria e o varejo", disse Ricardo Reis, diretor de marketing da Mondelez. A companhia manteve sabores tradicionais como Sonho de Valsa, Diamante Negro e Laka, e adicionou nove itens, como o Bis Oreo. A empresa espera crescimento de um dígito na data.

A argentina Arcor diminuiu os lançamentos de 30, em 2016, para 19 neste ano. Com um portfólio mais conciso, conseguiu aumentar o poder de barganha com os fabricantes de brinquedos chineses e diminuir o custo. Outra estratégia, como em anos anteriores, foi criar embalagens menores.

Em 2017, nenhum ovo de Páscoa da marca terá preço superior a R\$ 40, diz Anderson Freire, gerente de marketing. "Tivemos que nos adequar à redução de volume e a um consumidor racional, que quer desembolsar menos na compra", afirma. A expectativa é de leve crescimento.

A Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab) considera que a última Páscoa foi atípica e, apesar da forte queda, o setor começou a mostrar recuperação nos meses seguintes.

De janeiro a setembro de 2016, a produção de chocolate cresceu 13,2% em volume, ante igual período de 2015, para 393,4 mil toneladas.

De acordo com Ubiracy Fonseca, presidente da Abicab, as empresas preferiram ser mais conservadoras depois da decepção com o desempenho em 2016, recorrendo às marcas fortes e faixas de preço mais baixas.

Mas o setor continuou a diversificar a oferta, com tamanhos variados e produtos para todos os bolsos.

A italiana Ferrero apresentou como novidades uma caixinha com seis bombons, a R\$ 15, e uma versão grande do bombom Ferrero Rocher, de 125 gramas, a R\$ 30, aumentando a gama de presentes mais em conta.

Os ovos de Páscoa custam de R\$ 48 a R\$ 63 para manter o preço de 2016, o peso do chocolate diminuiu.

A Garoto espera vendas melhores na Páscoa deste ano, pela base de comparação mais fraca e porque a data ficará mais distante do Carnaval do que em 2016.

A empresa aumentou a opção de faixas de preço, principalmente a de R\$ 20, com ovos recheados de tamanho pequeno a médio.



# InformeDESIN

A Lacta informou reajuste de preço abaixo da inflação. A Garoto repassou os custos em linha com o índice. A Nestlé informou uma variação de 6% a 8%, justificada pelo aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e dos custos de matéria-prima.

A Cacau Show e o grupo CRM, dono das franquias Brasil Cacau e Copenhagen, elevaram os preços em 8%. A Arcor venderá os chocolates 6% mais caros.

O balanço da Páscoa ainda não está fechado porque as indústrias estão terminando a produção, mas as empresas esperam certa recuperação. "No ano passado, a Páscoa veio cedo, ainda no primeiro trimestre, e o consumidor teve menos tempo.

Neste ano, além de estar mais adaptado ao cenário econômico, está mais propenso a presentear", diz Keila Broedel, gerente de marketing da Garoto.

A Kinder, marca da Ferrero para o público infantil, espera uma Páscoa estável. A data representa 25% de suas vendas. "O consumidor continua cauteloso, buscando as marcas que já conhece", afirmou Joana Oliveira, gerente de marketing da marca.

A empresa manteve a quantidade de itens no portfólio, mas buscou licenças mais relevantes, como a dos filmes "Star Wars".

A Cacau Show elevou a produção em 14%, principalmente para atender às novas lojas da rede, que somam 2.050 unidades.

No ano passado, as vendas cresceram 18%, impulsionadas por promoções na véspera da data.

Renata Vichi, vicepresidente do grupo CRM, disse que a principal aposta foi a repaginação de embalagens e os produtos para presentear. A empresa trouxe 13 lançamentos e ampliou a produção em 10%.

O brasileiro consome 2,5 quilos, em média, de chocolate por ano, representando o quinto maior mercado do alimento no mundo.

Entre os brasileiros, 63% costumam presentear com chocolates na Páscoa, segundo pesquisa do Ibope encomendada pela Abicab.

**(Fonte: Valor Econômico dia 08/02/2017)**

## **Terceirização poderá ser o 1º item da reforma trabalhista a ser votado**

***Relator de proposta já aprovada no Senado, deputado Laércio Oliveira, vai pedir ao presidente da Câmara a votação da matéria em plenário, aproveitando brecha existente no regimento da Casa***

Brasília - A reforma trabalhista poderá começar pela aprovação de proposta em fase final de tramitação no Congresso que prevê a ampliação da terceirização de mão de obra para todas as atividades da empresa. Atualmente, decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) permite esse mecanismo para as atividades meio. É com esse objetivo que o relator da matéria, Laércio Oliveira (SD-SE), irá pedir nesta semana ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que coloque o projeto para ser votado diretamente no plenário da Casa. Encaminhado em 1998 pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o projeto de lei 4302/98 já foi apreciado e aprovado pelos senadores. Pela tramitação normal na Câmara, antes do plenário, o projeto teria que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O regimento permite, entretanto, que a proposta possa seguir diretamente para apreciação pelo plenário da Casa em decisão terminativa. Depois, se aprovado, segue à sanção do presidente Michel Temer, que já enviou em dezembro um projeto de reforma trabalhista. "O presidente da Câmara tem a prerrogativa de colocar a matéria para votação diretamente no plenário", afirmou ao DCI o deputado Laércio Oliveira, que é vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. "Essa é uma pauta positiva. Não quer dizer que a terceirização vá resolver todos os problemas, mas pelo menos já existe um novo modelo de contratação e isso é extremamente positivo", disse. E destacou: "a terceirização não vai significar a supressão de nenhum dos direitos assegurados pela Constituição".

### **Projeto no Senado**

Caso seja aprovada pelos deputados, o atalho para a votação da matéria enterrará o projeto similar que tramita no Senado, relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O petista, ao contrário de Laércio, defende que a terceirização continue restrita à atividade meio. No final do ano passado, um acordo selado entre os presidentes da Câmara e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), na época, freou a tramitação do projeto na Câmara para que o senador Paim enfim apresentasse parecer, o que acabou não ocorrendo. Em entrevista ao DCI, Paim lembrou que o texto do qual é relator ainda irá passar pela Câmara, após a votação no Senado, e que Maia prometeu aguardar a apreciação pelos senadores. "Espero que o presidente da Câmara cumpra com o que conversamos",

# InformeDESIN

comentou o petista. Paim argumenta que seu relatório já está pronto, faltando apenas um acordo entre os líderes para que seja levado à votação. O senador também afirmou que já vem conversando com o novo presidente da Casa, Eunício de Oliveira (PMDB-PB), e recebeu sinal positivo para a apreciação da matéria em Plenário. No entanto, não há data definida para a votação, o que abre mais espaço para a corrida de interesses entre os projetos.

"Ele [Eunício] me disse que precisamos votar a matéria o mais breve o possível, ainda neste semestre, o que também é a minha intenção. Os deputados precisam ter bom senso e entender que este é um projeto mais atual, com um amplo debate feito no ano passado e que também por isso precisa ser o texto aprovado. A terceirização ampla não protege nem promove mais empregos. Isso é um equívoco", disse.

## Trabalho temporário

O texto que está nas mãos de Laércio também trata de outro tema polêmico, a ampliação do trabalho temporário de 90 dias para 180 dias. A proposta elimina o caráter "extraordinário" dessa modalidade e amplia a possibilidade de a empresa usar de mão de obra temporária. "A indústria, na retomada da produção industrial no País, por exemplo, usa muito o trabalho temporário. Isso é importante, por isso, estamos ampliando, também faz parte da pauta positiva", explicou. A ampliação é apoiada pelo novo relator da reforma trabalhista, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Marinho foi escolhido na semana passada por Rodrigo Maia, logo na primeira entrevista do democrata após sua recondução ao cargo de presidente da Casa. A comissão especial que vai analisar a reforma começa a trabalhar nesta semana.

Além do trabalho temporário, o parlamentar também é favorável a um dos principais pontos da proposta de reforma: a prevalência dos acordos firmados coletivamente sobre o que diz a legislação. Segundo ele, a mudança vai fortalecer os sindicatos. "Eu sou favorável porque, se a relação entre as partes aponta no sentido de que há necessidade de flexibilizar determinadas situações, como jornada de trabalho e salários para preservar empregos. Pior é o cenário que nós nos encontramos", afirma.

## Trabalho intermitente

O tucano defende ainda o trabalho intermitente e o teletrabalho como itens essenciais para a reforma. "A jornada móvel por hora ou empreitada é hoje uma realidade no mundo inteiro e no Brasil não há legislação a respeito. Em relação ao teletrabalho, é necessária uma legislação que agasalhe essa situação para acolher pessoas que fazem trabalhos, elaboram pareceres e projetos e depois entregam ao seu empregador", concluiu o parlamentar. - *Abnor Gondim*



## STF discute terceirização no setor público

*Especialistas apontam que se for aprovada a responsabilidade de órgãos do governo por dívidas trabalhistas haverá a necessidade de maior fiscalização por todos os tomadores de serviços*

São Paulo - O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar hoje a possibilidade de órgãos públicos serem responsabilizados por dívidas trabalhistas contraídas pelas empresas terceirizadas.

Para especialistas ouvidos pelo DCI, uma decisão desfavorável ao Poder Público pode abrir espaço também para ex-funcionários de prestadoras de serviços na iniciativa privada buscarem a transferência de responsabilidade.

O sócio do Demarest Advogados, Antonio Carlos Gonçalves, observa que apesar de o processo em pauta só tratar das contratações públicas, uma aprovação pode ser o primeiro passo para a maior responsabilização também de empresas. "Não me custa antever que comecem a pedir isso para a iniciativa privada", ressalta o especialista.

O processo que o Supremo julgará está sob a relatoria da ministra Rosa Weber, que na semana passada proferiu um longo voto a favor da responsabilização do governo pelas dívidas trabalhistas das terceirizadas.

A ação está sob o regime de repercussão geral, podendo afetar cerca de 50 mil processos sobrestados em todo o País. Pelos cálculos da Advocacia-Geral da União, uma derrota do Estado terá um impacto econômico de R\$ 870 milhões aos cofres públicos.

O especialista no ramo trabalhista do Nelson Williams & Advogados, Thiago Kunert Bonifácio, lembra que o processo é um recurso da União contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve condenação ao pagamento de verbas trabalhistas a uma recepcionista contratada para prestar serviços na Procuradoria Regional Federal de Mogi das Cruzes (SP).

"O TST entendeu que para haver a transferência é preciso provar a culpa da tomadora em não fiscalizar", destacou o advogado.

Na opinião do especialista do Souto Correa Advogados, Flávio Sirangelo, o caso em pauta hoje deve terminar com o plenário do STF referendando o voto da relatora. "Como tudo o que a ministra Rosa Weber faz, o voto é muito completo e denso. Ela é quem mais conhece o tema, por ser juíza trabalhista de origem", explica o advogado do Souto Correa.

# InformeDESIN

## **Fiscalização**

Gonçalves também acredita que esse seja o desfecho mais natural para a questão. "A Constituição pede que os terceirizados sejam fiscalizados."

Caso esse quadro se confirme, os órgãos públicos terão que ficar atentos ao trabalho das prestadoras, acredita Flávio Sirangelo. "Terá que ser exigido da empresa o envio de recibos, relatórios, comprovação de recolhimento do fundo de garantia e da previdência social", expressa o advogado.

O sócio do Tristão Fernandes Advogados, Wagner Gusmão, diz que essa recomendação já vale para todas as empresas. "A tomadora de serviço deve saber se a terceirizada está incorrendo em inadimplência", acrescenta ele.

Ricardo Bomfim

## **INPC de janeiro fica em 0,42% ante 0,14% em dezembro, revela IBGE**

*Índice acumulou uma elevação de 5,44% em 12 meses, resultado inferior aos 6,58% acumulados em 2016*

RIO - O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,42% em janeiro, ante um aumento de 0,14% em dezembro, segundo dados divulgados na manhã desta quarta-feira, 8, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como resultado, o índice acumulou uma elevação de 5,44% em 12 meses, resultado inferior aos 6,58% acumulados em 2016. Em janeiro do ano passado, o INPC tinha sido de 1,51%. Este índice aferido pelo IBGE mede a variação dos preços para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados.

## **INCC/Sinapi**

O Índice Nacional da Construção Civil (INCC/Sinapi), também divulgado nesta terça pelo IBGE, variou 0,38% em janeiro, após uma alta de 0,49% em dezembro. O índice acumulado em 12 meses foi de 6,46%. De acordo com o IBGE, o custo nacional da construção alcançou R\$ 1.031,21 por metro quadrado em janeiro, acima dos R\$ 1.027,30 por metro quadrado estimados em dezembro. A parcela dos materiais teve alta de 0,14% - enquanto o custo da mão de obra ficou 0,64% mais caro em janeiro, após o aumento de 1,02% registrado em dezembro.

Estadão Conteúdo

# InformeDESIN

## Apesar de desemprego alto, rotatividade no mercado de trabalho se mantém elevada

*Por Luiz Guilherme Gerbelli*

SÃO PAULO - A recente disparada do desemprego no Brasil não foi suficiente para reduzir na mesma proporção a rotatividade de mão de obra no mercado de trabalho, que se mantém no patamar de uma década atrás e prejudica o ganho de produtividade das empresas.

Uma das principais causas de tantas pessoas ainda trocarem com frequência de emprego são os benefícios que encontram, como o seguro-desemprego, mesmo após investidas do governo para atacar fraudes e dificultar seu acesso.

A rotatividade do mercado de trabalho encerrou dezembro passado em 4,71 pontos percentuais, recuando ao mesmo patamar de 2007, calculou a consultoria Tendências a pedido da Reuters com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Nesse período, no entanto, as taxas de desemprego estavam bem diferentes. Em 2007, segundo a consultoria Tendências, o desemprego médio simulado para a Pnad Contínua -- a pesquisa do IBGE tem dados somente a partir de 2012-- era de 9,2 por cento, bem abaixo dos 11,5 por cento do ano passado.

O auge da rotatividade, no início desta década, quando o Brasil tinha situação de pleno emprego, rondou os 7 pontos percentuais.

"É curioso que, apesar do desemprego mais elevado, a rotatividade não tenha recuado tanto", afirmou a economista da Tendências e responsável pelo cálculo, Alessandra Ribeiro.

O cálculo da rotatividade leva em conta a soma da quantidade de trabalhadores admitidos e desligados do Caged em relação ao total de brasileiros empregados com carteira de trabalho assinada.

Em dezembro, por exemplo, o Brasil teve 869 mil admissões, 1,331 milhão de desligamentos, para um estoque de 46,689 milhões de trabalhadores.

Para o conjunto da economia brasileira, a elevada rotatividade faz com que as empresas fiquem menos competitivas, o que se torna mais um entrave para o crescimento do País.



# InformeDESIN

"A elevada rotatividade gera um comportamento ruim nos agentes da economia. Na maioria dos casos, há menos capacitação dos trabalhadores e as empresas se dispõem a ensinar menos", afirmou o gerente-executivo de Pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renato da Fonseca.

"Esse quadro dificulta o crescimento, a economia e a melhora da produtividade do país."

## LEGISLAÇÃO

Os especialistas encontram na legislação trabalhista a principal explicação para a elevada rotatividade no emprego do país, mesmo após as mudanças legais feitas ainda no governo da ex-presidente Dilma Rousseff para dificultar o acesso aos benefícios, como do seguro-desemprego, e reduzir o custo fiscal.

"Com os benefícios do FGTS e do seguro-desemprego, em alguns casos, passa a ser uma vantagem para o trabalhador deixar a empresa", diz o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da Universidade de São Paulo (USP), José Pastore.

Hoje, quando uma empresa demite um funcionário sem justa causa, tem de pagar multa de 40 por cento sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao trabalhador. No caso do seguro-desemprego, atualmente o brasileiro precisa trabalhar o mínimo de 12 meses dos últimos 18 com carteira assinada para ter acesso ao benefício pela primeira vez. Antes, eram necessários apenas seis meses.

O mercado de trabalho também está na pauta do governo do presidente Michel Temer que, segundo uma fonte com conhecimento sobre o assunto, estuda novas medidas que envolvem os benefícios, como seguro-desemprego. O governo também enviou ao Congresso projeto de lei para uma reforma trabalhista, como a prevalência do negociado entre empregados e patrões. Centrais sindicais já manifestaram oposição às medidas. "Apesar de algumas medidas adotadas pelo governo, enquanto a multa de 40 por cento do FGTS permanecer para os casos de demissão, ainda não está claro se a rotatividade vai ser reduzida quando o mercado de trabalho reaquecer", afirma o professor do Insper Sergio Firpo.

Formada em artes cênicas, Jeniffer Luderitz, de 30 anos, ilustra bem o grupo de trabalhadores que resolve deixar o emprego para se manter com a renda vinda dos benefícios. No fim de 2016, ela pediu para ser demitida de uma rede de cinema. "Sentia que fazia o trabalho de duas pessoas e pedi para que eles me mandassem embora. Com a renda do seguro-desemprego, consigo me manter por cinco meses, mas espero arrumar um emprego novo até lá", afirmou ela, enquanto esperava na fila para

# InformeDESIN

receber seu seguro-desemprego. No geral, os trabalhadores que mais trocam de empregos são os que têm poucos anos de estudo e de menor renda, o que dificulta ainda mais a produtividade almejada pelas empresas. Isso ocorre porque o valor mais baixo pago pelo seguro-desemprego é de um salário mínimo, o que permite ao trabalhador praticamente manter a estabilidade da renda mensal mesmo sem emprego.

Levantamento feito pela CNI no ano passado mostrou que 20 por cento dos trabalhadores que cursaram até a 4ª série do Ensino Fundamental tiveram mais de dez trabalhos com e sem carteira de trabalho assinado na sua trajetória profissional. Entre os brasileiros com curso superior, eram apenas 8 por cento nessa situação.

(Edição de Patrícia Duarte e Maria Pia Palermo) Reuters

## Trabalho de risco pode ter nova regra para aposentadoria

BRASÍLIA - A comissão especial da reforma da Previdência vai discutir a possibilidade de estender as condições especiais de aposentadoria para funções expostas a riscos. A medida beneficiaria, por exemplo, policiais civis e agentes penitenciários, que teriam acesso a condições menos duras para se aposentar. A proposta encaminhada pelo governo já prevê a possibilidade de reduzir a idade mínima em dez anos e o tempo mínimo de contribuição em cinco anos no caso de atividades que "efetivamente prejudiquem a saúde". No fim do ano passado, entidades que representam policiais civis e federais reagiram rapidamente à proposta de reforma da Previdência que foi encaminhada pelo governo, que prevê idade mínima de 65 anos e tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

Atingidas pelas novas regras, as categorias foram para o corpo a corpo no Congresso Nacional, no Ministério da Justiça e no Palácio do Planalto. Os principais argumentos são de que as novas regras elevarão a idade média dos agentes e que "polícia envelhecida é crime fortalecido". Trata-se de uma dentre as diversas pressões que o governo e o Congresso enfrentarão com o início efetivo dos trabalhos em torno da reforma da Previdência. Centrais sindicais também se articulam para brigar por flexibilizações na idade mínima e na decisão de igualar regras para homens e mulheres. "Na proposta, falta a possibilidade de aposentadoria especial por periculosidade, porque só se fala em insalubridade. Se por um lado os agentes penitenciários e os policiais civis não podem entrar no projeto dos militares, por outro lado é razoável que aqueles que tenham função que efetivamente os exponha ao risco tenham diferenciação", disse uma fonte. "Aquele que trabalha como policial carcerário em Alcaçuz certamente está exposto a riscos",

# InformeDESIN

destacou a fonte, em referência ao complexo penitenciário no Rio Grande do Norte que foi palco de 26 mortes de detentos e uma série de rebeliões no início deste ano.

A reforma propõe a manutenção de aposentadoria diferenciada para pessoas com deficiência e para aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

A ideia que ainda está sendo gestada pela comissão especial não prevê caracterização de periculosidade pela categoria, mas sim por função. Isso significa que nem todos os policiais civis teriam direito às condições mais benéficas, só aqueles que atuam sob riscos. Caso a proposta de diferenciação por periculosidade vingue, os policiais civis e federais conseguiriam benefícios semelhantes aos militares, cujo regime de aposentadorias será alvo de projeto de lei à parte. A ideia do governo é fixar as mesmas regras gerais de idade mínima e tempo de contribuição, mas prever exceções para determinadas funções. Além das Forças Armadas, o projeto dos militares vai contemplar policiais militares e bombeiros, que pesam sobre as contas dos Estados.

## Comissão

A instalação da comissão especial da reforma foi adiada para quinta-feira. A mudança ocorreu porque nesta segunda-feira, 6, não houve quórum suficiente no plenário da Câmara para abrir a sessão em que seria lido o ato de criação do colegiado. Depois da leitura, os líderes partidários têm 48 horas para indicar os integrantes da comissão. O documento, já assinado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia, deve ser lido só nesta terça. No ato de instalação, será formalizada a posse do deputado Carlos Marun (PMDB-MS) no cargo de presidente da comissão especial da reforma. Ele foi convidado para o posto após a desistência de Sergio Zveiter (PMDB-RJ), que estava insatisfeito com o menor protagonismo. Para interlocutores do Planalto, havia ainda o temor de Zveiter não dar conta do recado.

O governo espera ver a reforma aprovada até o fim do primeiro semestre e, ao escolher Marun, optou por garantir alguém que se comprometesse com o sucesso da medida sem fazer "jogo duplo". É o presidente da comissão que indica o relator, que será o deputado Arthur Maia (PPS-BA), como já anunciado. Depois disso, a comissão terá até 40 sessões para deliberar sobre a proposta e votar o texto, que ainda precisará ser apreciado em dois turnos pelo plenário da Câmara, antes de seguir para o Senado. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

## *Estadão Conteúdo*

(Fonte: DCI dia 08/02/2017)



## Montadoras param produção por até um mês

*GM alega queda nas vendas; Volkswagen e Fiat vão aproveitar o feriado de carnaval*

**Cleide Silva , O Estado de S.Paulo**

Um dia após as montadoras divulgarem alta de 17% na fabricação de veículos em janeiro ante igual mês do ano passado – justificada como aposta de melhora no mercado ao longo do primeiro trimestre –, empresas começaram a informar aos trabalhadores que vão suspender a produção nos próximos dias, aproveitando o feriado do carnaval. A General Motors fará a parada mais longa, de um mês, na fábrica de São Caetano do Sul, no ABC paulista. Os cerca de 5 mil funcionários do setor produtivo terão férias coletivas de 27 deste mês a 27 de março. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Francisco Nunes, a GM alegou queda nas vendas. No ano passado, as vendas da marca caíram 10,8% em relação a 2015, enquanto o mercado total teve recuo de 20%. Em janeiro, a marca teve resultados 2% melhores que o mesmo mês de 2016. O mercado total caiu 5,2%.

A GM também estendeu até 19 de abril o período de lay-off (suspensão de contratos) de 754 trabalhadores que deveriam retornar à fábrica hoje, após mais de dois anos de dispensa. “Nós vislumbramos um aquecimento de mercado e conseguimos negociar a prorrogação do lay-off, pois a intenção da empresa era demitir esse pessoal”, afirma Nunes. A montadora deve abrir um programa de demissão voluntária (PDV) nos próximos dias. Na semana passada, a GM também anunciou férias coletivas para cerca de 2,2 mil trabalhadores da unidade de São José dos Campos (SP) de 13 de fevereiro a 2 de março. A GM não quis comentar o assunto. A fábrica do ABC produz os modelos Cobalt, Spin, Montana e uma versão do Onix. Em São José são feitos S10 e Trailblazer. Não há, por enquanto, informações de parada na filial de Gravataí (RS), onde são produzidos Prisma e a maioria das versões do Onix, o carro mais vendido no País atualmente.

A Volkswagen vai estender a parada do carnaval por 12 dias, entre 22 de fevereiro e 5 de março, na fábrica de São Bernardo do Campo. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cerca de 7 mil trabalhadores, todos da produção, serão dispensados e as folgas serão contabilizadas no Programa de Seguro Emprego (PSE), que reduz jornada e salários. A Volkswagen não comentou o tema. A Fiat também estuda parar a produção durante toda a semana do carnaval em Betim (MG), de acordo com fornecedores da montadora. A informação não foi confirmada pela empresa.

**Resultado financeiro.** A General Motors divulgou nesta terça-feira, 7, que seu lucro global no ano passado foi de US\$ 9,43 bilhões, 2,7% inferior aos ganhos de 2015. A região da América do Sul, onde o Brasil responde por 60% das vendas, registrou prejuízo de US\$ 400 milhões, o que representa US\$ 200 milhões a menos em perdas em relação ao balanço financeiro do ano anterior.

(Fonte: Estado de SP dia 08/02/2017)